



## ***O Novo Horizonte: identidade e memória coletiva da raça negra na imprensa***

*O Novo Horizonte: identity and collective memory of the black people in press*

*O Novo Horizonte: identidad y memoria colectiva de la raza negra en la prensa*

***Nilsângela Cardoso Lima***

Historiadora e Docente do Departamento de Comunicação Social -  
Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da  
Universidade Federal do Piauí  
*nilsangelacardoso@ufpi.edu.br*

***Geovane Pereira da Silva***

Jornalista e mestrando do Programa de Pós-Graduação em  
Comunicação da Universidade Federal do Piauí  
*geovane@ufpi.edu.br*

### **Resumo**

Este trabalho apresenta uma análise do jornal *O Novo Horizonte* e a atuação da imprensa negra para a construção da identidade cultural e memória coletiva da população negra na década de 1940. O jornal, criado em São Paulo, em maio de 1946, foi idealizado pela Associação do Negro Brasileiro com o intuito de unificar a raça negra e lutar por seus direitos. Considerando que o discurso jornalístico é produzido sob determinadas regras institucionais, adotou-se o método da Análise do Discurso na perspectiva de Foucault (2009; 2010). Por meio da análise do *corpus* da pesquisa, constata-se que os jornalistas de *O Novo Horizonte* atuaram como “profissionais da memória” na medida em que tinham por interesse construir uma identidade e uma memória coletiva para a raça negra por meio da imprensa.

**Palavras-chave:** Imprensa Negra. Identidade. Memória Coletiva.

### **Abstract**

This work presents an analysis of “O Novo Horizonte” journal and the role of the black press to the construction of social identity and collective memory of the black people in 1940. The journal, which was founded in São Paulo, on May 6<sup>th</sup> 1946, was idealized by the “Associação do Negro Brasileiro” in order to unify the black people and fight for their rights. Whereas journalistic discourse is produced under certain institutional rules, it was adopted Discourse Analysis method, from the perspective of Foucault (2009; 2010). Through the analysis of the research corpus, it is noted that the journalists of “O Novo Horizonte” acted as “professionals of memory” as long as they were interested in constructing an identity and a collective memory for the black people through the press.

**Key words:** Identity. Collective memory. Black press.

### **Resumen**



Este trabajo presenta un análisis del periódico *O Novo Horizonte* y el papel de la prensa negra en la construcción de la identidad cultural y la memoria colectiva de la población negra en la década de 1940. El periódico fue creado en São Paulo, en mayo de 1946, por la Associação dos Negros Brasileiros con el objetivo de unificar la raza negra y luchar por sus derechos. Considerándose que el discurso periodista es producido bajo determinadas reglas institucionales, se adoptó el Análisis del Discurso, desde la perspectiva de Foucault (2009; 2010). Se puede verificar que los periodistas de *O Novo Horizonte* actuaron como "profesionales de la memoria" en la medida en que tenían por interés construir una identidad y una memoria colectiva para la raza negra a través de la prensa.

**Palabras clave:** Identidad. Memoria Colectiva. Prensa Negra.

## 1 INTRODUÇÃO

Há registros da imprensa negra brasileira datados do século XIX. Entre os primeiros impressos, destacam-se *O Homem de Cor*, *O Cabrito*, *O Crioulinho* e *O Lafuente*, que circularam na então capital do Império, Rio de Janeiro, em 1833, e buscaram representar as lutas e as organizações negras no país (ROSA, 2014). Desde o período imperial, negros intelectuais lançaram mão da imprensa para propaganda da causa abolicionista e emancipacionista. Luiz Gama, José do Patrocínio, André Rebouças, Joaquim Nabuco, dentre outros, produziram e fizeram circular ideias emancipacionistas e abolicionistas pelo discurso jornalístico (MARTINS, 2011).

Após a abolição da escravatura, associações e movimentos negros, que almejavam construir e fortalecer a identidade e reivindicar direitos para a raça, fundavam jornais e os utilizavam como instrumentos de luta. No início do século XX, negras(os) alfabetizadas(os) ligados a Frente Negra Brasileira e a União dos Homens de Cor atuaram na imprensa negra com a função de criar uma mobilidade social e pautar temas que consideravam fundamentais para a formação de uma consciência da raça<sup>1</sup> negra.

De acordo com Pinto (2006; 2014), esse movimento acontecia tanto na imprensa negra e abolicionista, quanto na grande imprensa. Ainda que nesta última a discussão fosse de menor expressão por ser financeiramente sustentada pelos grupos políticos e familiares de poder econômico que defendiam a permanência da escravidão no país.

---

<sup>1</sup> Neste artigo, utiliza-se o termo raça enquanto elemento que demarca a constituição sobre a identidade negra, o qual entrelaçam-se aspectos como etnia, fenótipos, cultura, questões históricas entre outros processos de identificação e compartilhamento de um grupo, como debate Hall (2011) ao tratar de identidade. No período em questão, ainda não havia o emprego do termo identidade negra enquanto um conjunto de elementos que amparava a constituição de grupo, mas sim a noção de raça como eixo norteador de unidade e reconhecimento de coletividade.

No final do século XIX e início do século XX, ampliava-se o número de pequenos jornais e revistas publicadas no Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre vinculadas a bacharéis e/ou negros alfabetizados com domínio da escrita e da leitura e interessados em retratar as vivências, os conflitos e os descasos sociais sofridos pela população negra. Tratava-se de um conjunto de jornais editados para a reivindicação de direitos e do reconhecimento do(a) negro(a) enquanto sujeito social após a abolição da escravatura, quando os problemas de cunho social, estrutural e institucional ficavam ainda mais evidentes na sociedade “livre”.

Segundo Pinto (2010, p. 52), “esses jornais conseguiram demarcar e registrar um avanço de parte da população negra em seu próprio benefício”. Assim, a imprensa negra, tal como outras que se especializaram neste momento, demarcavam um lugar institucional de fala para dar visibilidade aos sujeitos sociais historicamente marginalizados e como instrumento para a construção da sua identidade.

Em meados do século XX, observa-se maior produção da imprensa negra no Brasil, em especial no eixo Sudeste do país. Em São Paulo, logo depois do final do Estado Novo, o movimento negro brasileiro entra em nova fase<sup>2</sup> tendo como bandeira de luta a afirmação da dignidade, busca pelo reconhecimento social e igualdade da raça (PEREIRA, 2010), assim como reivindicavam por melhorias das condições socioeconômicas da população negra (SOTERO, 2016).

Em 1945, surgiram a Associação do Negro Brasileiro<sup>3</sup> e o jornal *Alvorada* e, em 1946, foram criados o jornal *O Novo Horizonte* e a revista *Senzala, União* (1948), *Mundo Novo* (1950), revista *Quilombo* (1950), *A Voz da Negritude* (1953). Todos apareceram logo após o Estado Novo de Vargas e a partir das organizações e grupos ativistas negros, que lançavam impressos para tornar visíveis suas causas políticas e suas ações voltadas para a resolução dos problemas da comunidade negra.

---

<sup>2</sup> De acordo com Pereira (2010), o movimento negro no Brasil apresenta características distintas ao longo de sua existência, de maneira que podem ser apontadas, pelo menos, três fases. A primeira fase se inicia logo nas primeiras décadas do século XX e se estende até o golpe do Estado Novo, em 1937, tendo como “[...] ápice a criação e a consolidação da Frente Negra Brasileira (FNB), como uma força política em âmbito nacional, exemplificada na sua transformação em partido político em 1936. Essa primeira fase foi encerrada logo após a implantação do Estado Novo em 1937, pelo presidente Getúlio Vargas, e o consequente fechamento da FNB, justamente com todas as outras organizações políticas no país. O movimento social negro brasileiro, nessa primeira fase, teria como principais características a busca pela inclusão do negro na sociedade, como um carácter ‘assimilacionista’, sem a busca pela transformação da ordem social, como já destacado acima; outra característica era a existência de um nacionalismo declarado pela Frente Negra Brasileira e por outras organizações da época” (PEREIRA, 2010, p. 89).

<sup>3</sup> No Rio de Janeiro, podem ser apontadas a criação do Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1944, por Abdias do Nascimento, e, em 1943, o Teatro Popular Brasileiro, por Solano Trindade.

*O Novo Horizonte* foi fundado pela Associação do Negro Brasileiro em São Paulo, em maio de 1946, e contava com o apoio do ativista, professor e jornalista Geraldo de Campos<sup>4</sup>, à época, diretor da revista *Senzala*. Desde a sua primeira edição, o jornal quis deixar evidente o perfil da sua linha editorial como “órgão de propaganda unificadora”, que tinha por objetivo unir a comunidade negra para “salvação” dos descasos sociais enfrentados no Brasil, bem como servir de instrumento de luta pelos seus direitos e de conscientização da importância da educação, até então, compreendida como meio de emancipação política capaz de tirar a população negra da situação de miséria em que se encontrava ainda no século XX.

Com este propósito, o jornal atribuía a si o papel de falar pelos(as) negros(as) e sobre os(as) negros(as), assumindo seu lugar institucional de fala na imprensa negra com posições políticas e ideológicas demarcadas. Assim, analisam-se tais registros como vivências de um grupo social inserido em determinadas condições sociais e contexto histórico. Ao pontuar estes elementos, faz-se importante entender a atuação do jornal *O Novo Horizonte* na construção de uma identidade e como um lugar de memória coletiva para a raça negra no Brasil nos anos 1940 do século XX.

O conceito de memória é pensado na perspectiva de Halbwachs (1990) que conceitua memória coletiva e memória individual. Partindo de uma matriz sociológica, o autor pretende estudar os “quadros sociais da memória” e, com isso, propõe os conceitos de memória coletiva e individual.

Recusando a superioridade da memória individual sobre a memória coletiva, defende que a primeira é, na verdade, um ponto de vista sobre a segunda, ou seja: “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (HALBWACHS, 1990, p. 34). Dessa maneira, entende que a memória individual está ligada ao tempo, ao espaço e aos grupos sociais aos quais o indivíduo faz parte:

Mas poderemos dizer, assim, que o que está afetado é a faculdade em geral de entrar em relação com os grupos de que se compõe a sociedade. Então separam-nos de um ou de alguns dentre eles, e deles unicamente. Todo o

---

<sup>4</sup> “Geraldo Campos de Oliveira, professor e jornalista, ex-presidente da Associação Cultural do Negro-ACN, ex-Assessor de Imprensa do Gabinete do Ministro do Trabalho no Governo Jânio Quadros, recém-nomeado pelo Presidente João Goulart dirigente máximo do Instituto de Previdência dos Comerciantes – IAPC”. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/comissoes/comissoespermanentes/credn/eventos/audienciaspublicas/2009/Palestra%20proferida%20pelo%20Jornalista%20Antonio%20Lucio.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2018.

conjunto das lembranças que temos em comum com eles bruscamente desaparecem. Esquecer um período de sua vida é perder contato com aqueles que então nos rodeavam (HALBWACHS, 1990, p. 32).

Além de Halbwachs (1990), recorre-se também às proposições teóricas de Pollak (1989; 1992), que discorre sobre o problema da memória e identidade social. O teórico parte dos pressupostos apresentados por Halbwachs (1990) para pensar a memória, mas também se distancia dele em alguns pontos quando leva em consideração que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais.

Para Pollak (1989; 1992), ao invés de se falar em “quadros sociais da memória”, deve-se pensar o trabalho de “enquadramento da memória”. Na sua concepção, a memória é seletiva e é um fenômeno construído, pois

[...] quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é claramente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização (POLLAK, 1992, p. 4).

Assim, reconhece-se o lugar de memórias enquanto construções, nas quais atuam-se recortes e escolhas, “enquadramentos de memória”. Nesse lugar, salienta-se que o grupo social de negro(a)s no contexto sócio-histórico brasileiro se constituiu em um lugar subalternizado. Collins (2016), ao discutir sobre posições marginais de mulheres negras, explorando noções de imagem e controle sob um olhar sociológico auxilia a compreender a posição de sujeitos subalternizados enquanto criadores de si. Embora a autora trate de conceitos a partir de noções de imagem e controle, aqui, apropria-se de suas argumentações para amparar questões discursivas no que toca ao aspecto racial deste texto.

A perspectiva de autodefinição que Collins (2016) discorre ajuda a entender a posição de *O Novo Horizonte* e seus jornalistas como canais potenciais para criação de memórias e discursos contra-hegemônicos e sujeitos que se deslocam de “[...] um diálogo que tenta determinar a precisão técnica de uma imagem para outro que ressalta a dinâmica do poder que fundamenta o próprio processo de definição em si” (COLLINS, 2016, p. 103).

A autora ainda argumenta sobre o lugar do *self* nesse processo, o qual segue com uma ideia de autoavaliação, em que pessoas negras (sobretudo mulheres negras) devido à natureza de opressão aos lugares na sociedade ligada a raça, classe e gênero que foram impostas as mesmas, deve-se questionar não apenas o que é dito sobre pessoas negras, mas também a credibilidade e intenções daqueles que detêm o poder de definir imagens desses sujeitos.

A concepção da Collins (2016) está correlacionada ao “olhar para dentro” como uma forma de produção de mundo. A autora argumenta sobre tal concepção em diálogo com pensadoras(es) como bell hooks, E. Frances White, Georg Simmel, Karl Mannheim entre outras(es), apresentando a lógica da “marginalidade”, explorando essa, enquanto estratégia de produção de sentidos através das experiências de si (individual) e compartilhada (coletiva).

bell hooks (2019) soma a esta discussão, ao propor debates sobre raça e representação, os quais são transversais a questões de gênero, política, história, memória, identidade e cultura. A autora, no contexto dos Estados Unidos da América, aponta em sua obra para a mídia de massa como um instrumento de poucas mudanças de representação que envolvam pessoas negras, isso por se tratar de um domínio da supremacia branca.

Sobre os modos de olhar da mídia para a internalização do racismo, bell hooks (2019, p. 40) assevera que “a menos que transformemos as imagens de negritude, das pessoas negras, nossos modos de olhar e as formas como somos vistos, não poderemos fazer intervenções radicais fundamentais que altere a nossa situação”.

Tanto nos escritos de Collins (2016) como nos de bell hooks (2019), observa-se a implicação da opressão do grupo negro com um contingente que interfere na posição desses sujeitos em todas as esferas sociais. Um ponto a destacar dessas leituras são as necessidades e atitudes de estratégias de autoridade que sujeitos negros(as) vêm se apropriando para combater o sistema de opressão racial.

Com isso, argumenta-se que o jornal *O Novo Horizonte*, por se tratar de um veículo de comunicação feito por negros(as) e para negros(as), utiliza de um lugar institucional, a imprensa, para demarcar as questões da população negra da década de 1940. E essa mesma imprensa toma o periódico como uma estratégia de “olhar para dentro” e que se movimenta de uma “marginalidade” para o protagonismo de narrar experiências, as quais lançam luzes a constituição de memória e identidade.

Compreendendo que o discurso jornalístico é construído sob determinadas normas institucionais e tensionamentos nas estruturas de poder, as quais percorrem entre o dito e o não dito, é que se adotou a abordagem metodológica da Análise do Discurso para analisar os textos do jornal *O Novo Horizonte* nesta pesquisa.

Para Foucault (2009), todo discurso é controlado, selecionado, organizado e redistribuído por um conjunto de procedimentos (internos e externos) que tem por função dominar sua materialidade e conspirar seus poderes e perigos. Em *A ordem do discurso*, Foucault (2009) avalia as interdições que atingem o discurso e impõem aos indivíduos que os

pronunciam em um conjunto de regras que tem função restritiva e coercitiva. Essa função pode ser pensada como articuladora de uma ordem discursiva ou como um conjunto de enunciações que compõe um enunciado, ou seja, condições de realidade a partir das práticas de enunciação.

No entanto, é em Arqueologia do Saber que Foucault (2010) especifica com mais consistência um método de investigação, com o objetivo de entender a ordem interna que constitui um determinado saber. Nesta obra, o estudioso centra seu interesse de análise no discurso real, pronunciado e materializado e propõe uma leitura arqueológica dos documentos, entendidos como instrumentos de conhecimento. Tal perspectiva de método de análise do discurso é pensada pelo teórico como sendo a possibilidade de se buscar nas discursividades posições dos sujeitos se atentando aos tensionamentos das relações de poder nos processos enunciativos produzidos junto a determinados tempo e espaço.

A partir da crítica do documento, podem ser encontradas as regras em processos de descontinuidades e dispersas nos níveis dos enunciados, uma vez que sua materialidade é sempre de ordem institucional e se organiza numa estrutura de poder. Assim, Foucault (2010) dá um sentido pleno à definição do discurso, como sendo um conjunto de enunciados que se apoiam numa mesma formação discursiva e que é constituído de um número limitado de enunciados, os quais podem ser definidos por um conjunto de condições de sua existência. Por isto, o discurso é histórico e corresponde às transformações e aos modos específicos de sua temporalidade.

Desse modo, analisam-se os discursos publicados nas edições do jornal *O Novo Horizonte* da década de 1940. Por se tratar de um artigo que tem por objetivo compreender o lugar que o jornal e os jornalistas tomaram para si como instrumento de “unificação da raça negra”, delimitou-se a escolha do *corpus* da pesquisa pelo viés qualitativo, sendo selecionados textos de caráter opinativo para constituir as análises, orientados pelos critérios da relevância de quem as escreveu e das pautas que abordassem reivindicações identitárias ligadas às questões políticas, sociais e históricas. É necessário dizer que esses textos se encontram junto ao corpo de 18 edições do *O Novo Horizonte* disponíveis no acervo digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro referente a década de 1940.

## 2 IMPRENSA, MEMÓRIA COLETIVA E IDENTIDADE

O jornal impresso é considerado uma das fontes mais ricas para se ter acesso ao passado (recente ou não). No que toca ao papel do jornalismo como lugar de memória, Barbosa (2005)

e Ribeiro (2007) têm trazido à baila elementos cruciais para a discussão do assunto no campo da Comunicação. Um deles diz respeito ao dever do jornalismo para com a memória; outro aponta para o compromisso do jornalista para com a memória que será conservada nos jornais por meio das notícias, ou ainda que tipo de memória é operada pelo jornalismo.

Direta ou indiretamente, tais assuntos remetem para o conceito de notícia, que não é uma mimese da realidade, mas uma construção da realidade e, nesse processo, o jornalista faz uma seleção de fatos, ideias, palavras e sentidos que se quer empregar na notícia, tendo como referência o lugar de fala a qual ele se encontra vinculado.

Partindo do princípio de que a notícia é fruto da produção jornalística, percebe-se que apenas alguns acontecimentos chegam a ser publicados. Isso acontece porque o jornalista acaba escolhendo o que pretende dar visibilidade e/ou silenciar, quer em termos de conteúdo, quer na escolha dos enunciados que dão sentidos ao texto.

Conforme Barbosa (2005, p. 4), a seleção do fato não acontece de forma aleatória, mas de acordo com os preceitos da linha editorial do órgão de imprensa em que o jornalista trabalha. Assim, na medida em que faz um recorte da realidade para ser tratado na notícia, “[...] o jornalista está constituindo o próprio acontecimento e criando uma memória da atualidade. Uma memória que obedece a critérios subjetivos e engendra a questão do poder”.

O que os jornais apresentam para os leitores é a reconstrução do fato de forma seletiva e o presente que ele constrói na notícia, de certa forma, define não só o que deve ser lembrado e esquecido, mas também como devem ser lembrados determinados acontecimentos. Para Barbosa (2005), os jornalistas atuam como “senhores da memória” da sociedade, por isso é preciso questionar qual a memória que eles querem deixar sobre o passado e que chegam ao presente por meio do discurso materializado nos jornais.

O que os jornais registram sobre a realidade social é apenas um recorte que sofre vários enquadramentos. Ribeiro (2007, p. 221) analisa o discurso jornalístico na construção das representações e da memória social e que “os acontecimentos jamais são pura factualidade, e mesmo o fato não pode ser entendido a partir de uma perspectiva ingênua, como se tivesse uma realidade autônoma e prévia a sua configuração discursiva e mnemônica”.

Dessa maneira, entende que os meios de comunicação assumem importância na sociedade como mediador entre o fato e público e interfere nesse processo tanto no enquadramento dos acontecimentos do presente, que considera digno de preservação para o passado, como na reconstrução de valores e identidades sociais.

Para a compreensão da memória e acontecimento jornalístico, Ribeiro (2007) lança mão de Pollak (1989; 1992), que entende a memória como um elemento constitutivo da identidade social. Segundo Pollak (1989), as memórias individual e coletiva são importantes para o sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa com o grupo a qual pertence. Para tanto, a memória e a identidade devem estar suficientemente constituídas e amarradas, isto é: “[...] não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade” (POLLAK, 1989, p. 15).

Sendo a memória uma construção, Pollak (1989) chama a atenção para a atuação dos atores sociais no processo de enquadramento das memórias coletivas. Mesmo não podendo ser construída de forma arbitrária, a memória coletiva passa por um intenso trabalho e por disputas pelo que merece ser digna de ser guardada, arquivada. No caso da imprensa, o trabalho da memória também sofre vários procedimentos de construção que tem como ponto de partida a linha editorial do jornal e os critérios de noticiabilidade que determinam quais notícias são dignas de se tornarem públicas para sociedade e como devem ser publicadas.

A par das reflexões sobre memória, identidade, imprensa e notícia, observa-se proximidades entre as reflexões teóricas aqui expostas no que cerne a produção de sentidos para o coletivo (sociedade). Uma maneira de selecionar fatos e também selecionar memórias que poderão ser consultadas no jornal impresso. Os valores-notícia são um dos critérios usados para selecionar o que entra ou não na pauta da imprensa, bem como sua linha ideológica. Daí a importância de estudar a imprensa como um lugar de memórias e identidades, pois, diariamente, tal instituição social divulga fatos ocorridos na sociedade através de notícias.

Hall (2011) compreende a nacionalidade como um conjunto de identidades com maior expressividade sobre a dimensão do processo de identificação de sujeitos em sociedade (grupos). A partir da ideia do “sujeito sociológico”, concebe identidades culturais como o processo de identificação e interação com o meio social, doravante o reconhecimento da sua autossuficiência e da vivência coletiva. Em outras palavras, a identidade é formada em virtude da interação entre o sujeito e a sociedade.

Sendo a memória coletiva e a identidade cultural construções sociais, busca-se entender que o jornal, a exemplo de *O Novo Horizonte*, atuou como um agente político que opera informações num jogo de lembrar e esquecer. Os textos publicados no jornal apresentam as lutas de poder existentes em uma sociedade, as disputas pela memória e participam da

construção social das identidades pela sua disseminação e circulação de acontecimentos enquadrados por meio do discurso materializado na notícia.

Atuando como imprensa alternativa<sup>5</sup>, a imprensa negra deu espaço para pautas que não eram contempladas pela grande imprensa, dado que as notícias eram produzidas por negros(as) e tinham por finalidade defender os seus interesses no jornal. Tal instituição social trabalhou na veiculação de informações e conteúdos voltados para temas que consideravam importantes para um grupo social, até então marginalizado no cenário brasileiro.

### **2.1 *O Novo Horizonte* como lugar de memória e de identidade dos(as) negros(as)**

O desenvolvimento da imprensa negra brasileira é marcado historicamente pela atuação de pequenos periódicos, em sua maioria, de curta duração. Tais impressos colaboraram na promoção e na marcação de reivindicações dos(as) negros(as) como sujeitos sociais pertencentes à nação brasileira. De acordo com Pinto (2010), a imprensa negra produzia notícias sobre “ser negro” e “[...] conseguiram demarcar e registrar um avanço de parte da população negra em seu próprio benefício” (PINTO, 2010, p. 52).

As matérias veiculadas pela imprensa negra registram fragmentos, episódios, vivências, conflitos, descasos sociais e políticos historicamente sofridos pela comunidade negra. Circulando paralelamente à grande imprensa, a imprensa negra oferecia ao seu público leitor questões que não eram contempladas pela maioria dos jornais. Não é que os negros não aparecessem nas páginas da grande imprensa. Eles até eram assuntos de jornal, mas, geralmente, retratados em discursos estereotipados e a partir do olhar do “outro”, o branco.

Na contramão destes discursos, o jornal *O Novo Horizonte* buscava desconstruir os discursos hegemônicos através de um processo de autodefinição (COLLINS, 2016), ressaltando a importância dos(as) negros(as) na sociedade brasileira e tornando visíveis seu passado histórico e as mazelas sociais que lhes eram comuns ainda no século XX.

Como já foi salientado, em sua primeira edição, em maio de 1946, *O Novo Horizonte* externa sua convicção política, que é a de lutar pelos direitos dos(as) negros(as). A proposta

---

<sup>5</sup> Por imprensa alternativa, considera-se uma lógica que a comercialização (o capital) não seja o fator principal da produção de determinado meio de comunicação, ou seja, o propósito não se concentra na venda por lucro, mas sim na divulgação de determinado conteúdo. Valores e causas específicas se constituem como elementos impulsionadores do material produzido pela imprensa alternativa. As questões aqui consideradas faziam parte da logística do *O Novo Horizonte*. Esse meio de comunicação se matinha com a venda das assinaturas do periódico, como também contava com o apoio de instituições negras. Outro ponto que traz à baila a concepção do mesmo enquanto imprensa alternativa é a postura da sua linha editorial que se fundamentava na luta racial.

do jornal aparece no seu cabeçalho, quando se autointitula “Órgão de Propaganda Unificadora”, como também ao longo das matérias publicadas em suas páginas que reforçam que a sua pretensão é soerguer o(a) negro(a) da situação miserável em que se encontra na década de 1940.

Trata-se de um jornal que se autodefine como sendo produzido por negros(as) para negros(as) e sobre negros(as). Na década de 1940, o jornal tinha como Diretor, Arnaldo de Carvalho, e redator-chefe, Aristides Barbosa, antigo militante da Frente Negra Brasileira. Além deles, a publicação contava com a colaboração de outros(as) negros(as) intelectuais, ativistas e políticos, tais como: Ovídio P. dos Santos, Raul Joviano Amaral, Sofia Campos Teixeira, Geraldo Campos Oliveira, Jarbas dos Santos, Oswaldo P. Barbosa, dentre outros. Com periodicidade mensal, para o sustento e manutenção da publicação vendia a assinatura anual por Cr\$ 15,00 e contava com poucos recursos oriundos da publicidade, que aparece de forma escassa nas edições de 1940 analisadas.

Pela posição que os(as) jornalistas do periódico ocupavam na época, negros(as) intelectuais e/ou bacharéis, fornece a esses(as) posições de enunciação (FOUCAULT, 2009; 2010), possibilitando criar lugares de tensionamento de poder, já que a maioria dos(as) “irmãos(ãs) de cor” não tinha acesso à educação, muito menos a possibilidade de tecer críticas aos descasos do governo.

No tocante ao processo de seleção dos textos de *O Novo Horizonte*, observou-se, nas edições de 1940, que o órgão tem como ponto de partida unificar a raça negra e fortalecer seus laços para que juntos pudessem enfrentar a sociedade brasileira marcadamente racista e que negligenciava seus direitos sociais.

Através da leitura do periódico, identificou-se que os discursos denunciativos e combativos apareciam nas matérias que se apresentam como editoriais e/ou artigos de opinião, gêneros que integram o discurso jornalístico. Para o contexto da imprensa da época, esse tipo de abordagem opinativa fazia parte dos textos jornalísticos (MARTINS, 2011), ou seja, as matérias/notícias possuíam essa veia acalorada e opinativa que transmitiam e/ou debatiam acontecimentos.

Para tanto, foi possível observar que a postura editorial do *O Novo Horizonte* norteava discussões que pautassem a necessidade da construção de uma identidade coletiva dos(as) negros(as) e fortalecer os laços que uniam “homens e mulheres de cor” por meio da retomada do seu passado histórico e da construção de um sentimento de pertencimento ao grupo.

De acordo com Hall (2011), a identidade de determinado grupo social é construída pelos elementos que o identifique e que são compartilhados entre os “integrantes” de cada grupo, a exemplo, de sua cultura, valores, crenças, tradições etc. Porém, ainda que a identidade nacional reúna elementos que buscam identificar todos os indivíduos, deve-se levar em consideração suas diferenças de raça, gênero e classe.

Na visão do autor, tal identidade sofre interferências, traduções, sentidos, que “[...] estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas (HALL, 2011, p. 51). Deste modo, a marcação de raça, gênero, classe e cultura está presente na formação da(s) identidade(s) de uma nação, assim como nas reivindicações por posições no meio social.

Ortiz (1985), por sua vez, ao pensar a identidade nacional brasileira, fornece apontamentos sobre sua pluralidade e implicações em meio as relações sociais. Ele reflete sobre não apenas reconhecer essa diferença, mas a necessidade de buscar quais seriam os elementos com os quais nos identificamos enquanto nação.

“Dito de outra forma, não existe uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos”, assegura Ortiz (1985, p. 8). É notória a diversidade de identidades e grupos sociais que compõem o Brasil e, cada um deles, em suas diferenças, possuem colaborações para a ideia de povo brasileiro. Nesse pressuposto, o autor faz a seguinte defesa:

O mito das três raças, ao se difundir na sociedade, permite aos indivíduos, das diferentes classes sociais e dos diversos grupos de cor, interpretar, dentro do padrão proposto, as relações raciais que eles próprios vivenciam. [...] A construção de uma identidade nacional mestiça deixa ainda mais difícil o discernimento entre as fronteiras de cor (ORTIZ, 1985, p. 43).

Considerando que a produção da identidade também passa pela mediação do discurso jornalístico, as lutas e as negociações de grupos sociais que operam a memória que se quer preservar ou esquecer, nos anos 1940, percebe-se um grande empenho da redação de *O Novo Horizonte* ao colocar em circulação elementos que seriam próprios da população negra.

Traçada uma linha editorial voltada para a população negra brasileira, o jornal se colocou na luta pela construção de seus ideais, símbolos, crenças e valores por meio da imprensa negra, que serviriam de base para a construção das identidades. Um dos símbolos enaltecidos ao longo da década de 1940 em *O Novo Horizonte* foi a Mãe Preta.

[...] E por força de sua íntima posição e das próprias circunstâncias sociais e políticas de nosso país, a escrava daquela época criou mais um sistema de glorificação da mulher – a “Mãe Preta”. Fazendo-lhe justiça, pode-se dizer que, nunca na história de nossa pátria houve uma época de semelhante conjuntura em que a mulher soubesse realizar verdadeiros milagres. É o nome da Mãe Preta que nos lembra a vida agitada das casas grandes e senzalas. Lembramo-nos também a maternidade na sua obrigatoriedade. Privando posteriormente seus filhos do carinho maternal. Lembramo-nos as belezas das mulheres negras, da sua robustez invejável, mas que nada lhes era permitido considerar, pois tudo pertencia à sociedade econômica e financeira do país. Tudo era para negócio ou propriedade do Sr. Do engenho (TEIXEIRA, 1947, p. 2 [sic]).

*O Novo Horizonte*, como parte da sua linha editorial, celebrava datas comemorativas da população negra, tais como: o Dia 13 de maio de 1888, em alusão à Lei Áurea que trouxe fim a escravização sistematizada do povo preto no Brasil, e o Dia 28 de setembro, em celebração à Lei do Ventre Livre (1871) que aludia ao símbolo da Mãe Preta.

Pode-se ponderar uma reflexão contextual sobre a mulher negra em situação de escravização de forma remanescente no texto crítico e análogo de Sofia Campos Teixeira<sup>6</sup> sobre os condicionamentos e lutas contra a opressão à mulher negra encarnados no discurso da Mãe Preta.

O símbolo da Mãe Preta é enunciado como um ser forte e que, em meio ao seu cenário de escravização, atuava em favor de si e do seu povo. Em analogia sobre este ser místico (mulher negra), o texto traz que as mulheres negras são capazes de se posicionar e ocupar lugares na sociedade moderna para além daquilo que foi imposto para elas ao longo da história. Trazer a memória da presença e força da Mãe Preta possibilita a (re)construção para identidade da mulher negra ou, como aponta Collins (2016, p. 102), ao pensar o processo de documentação e interpretação do material produzido por mulheres negras, como uma

Autodefinição envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminina afro-americana. Em contrapartida, a autoavaliação enfatiza o conteúdo específico das autodefinições das mulheres negras, substituindo imagens externamente definidas com imagens autênticas de mulheres negras.

---

<sup>6</sup> Sofia Campos Teixeira, mulher negra, professora, ativista social, candidata a deputada e jornalista. Sofia Campos, de maneira colaborativa, atuou em revistas e jornais da imprensa negra brasileira durante 1940-1950. Entre os periódicos estavam *O Novo Horizonte*, *Senzala* (1946) e *Novo Mundo* (1950). A jornalista era uma das mulheres presentes na imprensa negra, bem como escrevia sobre política e educação, sobretudo com direcionamento às pautas das necessidades das mulheres e crianças (OLIVEIRA et al, 2019).

A maternidade é um enunciado presente no texto e, em suas últimas linhas, é possível identificar os discursos econômicos e sexuais que perpassavam a representação da mulher negra em situação de escravização, nos quais estas tinham seus direitos à maternidade e humanização retirados. Na enunciação desta figura, observam-se as demarcações de raça e gênero as quais recaíam sobre as mulheres negras enquanto subordinadas ao sistema de opressão. Isso fica em evidência na crítica sobre maternidade e “funções destinadas” à Mãe Preta.

Os discursos sobre maternidade e a condição de escravização cumprem uma dupla função enunciativa: a primeira ao demarcar a condição sócio-histórica da Mãe Preta, e a segunda ao construir um símbolo para comunidade negra, atentando-se às características de resistência dessa figura, promovendo um deslocamento da “marginalidade”, como diria Collins (2016), da situação de escravização para uma *self*, um processo de (res)significação.

Nesse propósito, o jornal assumiu a tarefa de denunciar pelo discurso jornalístico os descasos do grupo negro no Brasil e ressaltar os elementos que constituíram seus laços identitários da raça. O teor da busca sociopolítica, representação e legitimação dos(as) negros(as) nas esferas de poder também se fez presente nos enunciados do jornal, contribuindo para a construção de uma memória coletiva e da identidade cultural do grupo.

Uma das estratégias do jornal *O Novo Horizonte* para tratar dos problemas enfrentados pelos(as) negros(as) no Brasil foi dar visibilidade ao lugar social que eles(as) ocupava(m), tendo como referência os brancos. A alteridade se estabelecia em contrapartida às diferenças entre as classes sociais e as duas raças: branca e negra. Em maio de 1946, edição inaugural de *O Novo Horizonte*, o jornal publicou o texto “Pequenas aberrações da adaptação do homem ao meio” destacando que: “Realmente, a situação do negro do Brasil não é lá de causar ânimo. É simplesmente calamitosa. Quer seja no terreno econômico, científico, artístico ou em qualquer terreno em que se conceitue o progresso do elemento humano” (SANTOS, 1946, p. 2).

O texto mencionado, assinado por Jarbas dos Santos, distinguia que, no Brasil, a existência do negro era “apenas de continuidade e não de contiguidade do elemento considerado branco na sociologia ocasional” (SANTOS, 1946, p. 2). O redator levanta indagações sobre ser “brasileiro” e os grupos que faziam parte da identidade nacional, que era excludente e não unificadora como denunciava.

A indignação aparece de forma mais óbvia na matéria quando afirma que, nos anos 1940, não havia abertura ou qualquer apoio de capital para empreendimentos e/ou emprego pertencentes e direcionados aos negros. Ao contrário, havia para “o filho do italiano, do

português, do espanhol, do sírio, que vêm se aventurar na América Latina” (SANTOS, 1946, p. 2). Para Jarbas Santos, era necessário, então, discutir quem eram os “brasileiros” e, com isso, defende que os(as) negros(as), assim como os brancos, deveriam ser incluídos e integrados ao projeto de nação:

O brasileiro aqui abordado, é aquele indivíduo que compõe o cerne da nacionalidade cuja impregnação se verificou por através de 4 séculos. É aquele elemento que quando reside no interior do país mora em casa de “pau a pique”, coberta de sapé e chão batido, sem mais elementar esboço de instalação higiênica. Habitação que pode ser considerada, sem receio, a mais antiquada possível, pois data de 400 anos. A sua alimentação é a mais primitiva que se possa imaginar. Em consequência, a falta de instalação, habite adequado e alimentação sadia, não o bastante a exuberancia do solo, redundam no depauperamento constante da espécie (SANTOS, 1946, p. 2, [sic.]).

O fragmento acima ajuda a entender que o processo de construção da identidade nacional não era feito sem conflitos, disputas e exclusões, sobretudo quando se leva em conta a visão dos(as) negros(as). Até meados do século XX, a elite política e intelectual brasileira se dedicou a produzir discursos sobre a formação do povo e, neste processo, o branco não só foi privilegiado, como o negro e o indígena foram declarados como inferiores.

No Brasil, o jornal *O Novo Horizonte* pode ter desempenhado papel importante no processo de construção de uma identidade coletiva para os(as) negros(as), tendo como referência a sua realidade social. A maioria das matérias publicadas era pautada no sentido de sensibilizar e conscientizar os negros para a importância da união da raça, entendida como ponto fundamental para a mobilização social e reivindicações de direitos historicamente negados.

A realidade da “gente de côr [sic.]” apontada pelo jornal *O Novo Horizonte* carrega em seu bojo um sentimento de que, como “brasileiros”, os(as) negro(as) deveriam ser incluídos e não segregados(as) da sociedade. Daí constata-se o peso da reclamação no quadro social hierárquico e o processo de “desumanização” existentes pela ausência de condições dignas de sobrevivência, tais como: saneamento, alimentação, acesso à educação e possibilidades de emprego e moradia.

A imprensa negra, compreendida como instituição social contra hegemônica, atuante na luta por igualdade racial e voz da comunidade negra, apresenta subsídios para a construção de consciência coletiva no que diz respeito à memória e à identidade dos(as) negros(as). No caso do jornal *O Novo Horizonte*, o ato de tornar público a realidade social da população negra é

um manifesto simbólico de poder, o qual torna possível o consenso de um grupo para fortalecer sua luta. A imprensa negra, portanto, gera a capacidade de representação social, constrói um sentimento de pertencimento e de uma identidade social.

No texto “O que virá depois?”, publicado em junho de 1946, Geraldo Campos tratava das questões relacionadas aos imigrantes europeus no cenário brasileiro. O redator apresenta um quadro sobre as ações do governo, imigração e aparatos sociais que facilitaram o ingresso de europeus no Brasil.

Na opinião de Geraldo Campos, tais questões sociopolíticas traduziam a discriminação racial existente no país, particularmente, ao expor o contexto de teorias raciais que serviram de base para aspectos legislativos. Assim, garante que “[...] a lei deixa transparecer que é fundamentada, contra todos os princípios científicos modernos, no reconhecimento da inferioridade racial do negro, reconhecendo a superioridade de uma raça sobre a outra” (CAMPOS, 1946, p. 1, [sic.]). Com tom denunciativo, Geraldo afirma que a imigração e a questão racial oficializam os preconceitos “de raça e de cor”.

O discurso de Geraldo Campos não surgia por acaso. De acordo com Seyferth (2002), que estudou colonização, imigração e a questão racial no Brasil, a busca por europeus se constituía em outra prática de segregação social, pois, numa hierarquia, europeus brancos eram vistos pelas suas habilidades agrícolas e o conceito de “raça” se desdobrava na compreensão de valores, como “bom trabalhador” e amor à família e ao trabalho.

A autora ainda pontua que, no século XX, “a vigência do regime escravista faz da África apenas um lugar de negros bárbaros e não de imigrantes potenciais”, de maneira que o critério da raça se fez presente no Estado Novo para definições de políticas de imigração. “O ideal de branqueamento persistiu ao longo da década de 1940, marcado pela ‘campanha’ de assimilação/amalgamação forçada, em busca da desejada homogeneidade étnica da nação”, afirma Seyferth (2002, p. 147).

Para Hall (2011), a identidade é um fator de legitimação política que invoca a demarcação de grupo em meio a uma sociedade por meio do chamamento das semelhanças e diferenças, sejam elas linguísticas, étnicas, religiosas, ou históricas e culturais, entre outras. No caso brasileiro, Ortiz (1985) analisa política e identidade por meio da interpretação de obras, personagens e momentos históricos do país. O autor faz referência às obras de Gilberto Freyre, Manuel Bonfim, Nina Rodrigues, por exemplo, para discorrer que as culturas brasileiras, ao longo de sua história, estiveram atreladas também a aspectos ideológicos, valores, divisões de classes e jogos de poder.

*O Novo Horizonte* defendeu em suas páginas o ideal de unificação do povo negro como elemento central para a reivindicação de seus direitos. Ao criar um periódico que tratasse de assuntos da população negra e lutasse por ela, cria-se um ponto de identificação de todos aqueles que compartilham memórias, símbolos, valores e sentimentos.

*O Novo Horizonte*, como agente sociopolítico e ideológico da Associação do Negro Brasileiro, propunha medidas de organização à comunidade negra a fim de, enquanto grupo social fortalecido, tivesse condições de enfrentar o “racismo e fascismo” dos governos autoritários e das teorias raciais que, durante muito tempo, desqualificaram o negro como sub-raça. Geraldo Campos foi um dos redatores que imprimiu sua bandeira de luta nas páginas de *O Novo Horizonte* clamando os(as) negros(as) para se unirem e lutarem por seus direitos:

Precisamos nos organizar em núcleos econômicos que criam condições favoráveis à instalar de entidades culturais. O capital, as sociedades anônimas por subscrição popular as sociedades cooperativas e outras sociedades populares de fins econômicos; a educação – a escola e a oficina, o teatro e os desportos – é o que nos pôdem assegurar elementos com que possamos com mais possibilidades enfrentar o surgimento do racismo e fascismo residuais que por certo estão incorporadas à mentalidade dos povos selecionados pelos os nossos escritórios custosos para esse fim montados na Europa pelo Conselho Nacional de Emigrações (CAMPOS, 1946, p. 2).

Neste contexto, a análise das edições de *O Novo Horizonte* apresenta vários indícios de que a segregação e a rejeição da população negra se davam por questões raciais e desdobramentos políticos e ideológicos historicamente instalados no Brasil. Para Panta e Palisser (2017, p. 9), a “ideologia do branqueamento” não só teve influência no imaginário social brasileiro, como também colaborou significativa e “negativamente” para o processo de construção da identidade da população negra como inferior.

Não à toa, em alguns países, os movimentos negros buscam reconstruir uma identidade negra, a partir das particularidades deste grupo, pela produção de discursos que enfatizam positivamente sua cor negra, seus hábitos e sua cultura a fim de lhes introjetar uma identidade coletiva. Além disso, fundaram jornais para dar visibilidade aos negros e reivindicar políticas públicas que promovessem acesso à educação e à cultura que não estivessem vinculadas ao Estado. Nesse sentido, o jornal *O Novo Horizonte* deveria atender a todos(as) brasileiros(as), uma vez que um dos sentidos de nacionalidade é a promoção da cidadania por meio de direitos e intervenções sociais.

Com o jornal *O Novo Horizonte*, alguns negros(as) atuaram como agentes da memória e da identidade, buscando construir um sentimento de pertença e união em consequência da

“cor da pele”. Em 1946, Sofia Campos Teixeira publicou o texto “Minhas expressões” ressaltando o papel da imprensa na conscientização da raça negra: “Assim sendo, acredito que será a imprensa o melhor veículo de difusão social-moral, da qual ‘NOVO HORIZONTE’, também se compromete a pugnar” (TEIXEIRA, 1946, p. 3).

Sofia Campos Teixeira afirmava que, no século XX, a imprensa se constituía como uma arma poderosa para a ascensão social, pois por meio dos jornais e revistas, o negro poderia ter acesso à cultura, estreitar as relações sociais que fossem de interesse da coletividade. Ela via a imprensa como um meio para o levantamento moral do(a) negro(a), assim como afirmava que a educação e o pensamento de coletividade seriam fundamentais para liberdade do(a) negro(a) que ainda se encontrava escravizado na ignorância. Daí, portanto, a importância do jornal *O Novo Horizonte* como veículo da coletividade. E caberia ao próprio sujeito negro o papel de soerguer sua liberdade, moralidade e grandeza.

### 3 CONSIDERAÇÕES

O jornal *O Novo Horizonte*, como parte da imprensa negra brasileira, surgiu com a proposta de “órgão de propaganda unificadora” e com o objetivo de unir a comunidade negra para “salvação” dos descasos sociais enfrentados por esta população em meados do século XX. Idealizado por um grupo de jovens negros e negras que faziam parte da Associação dos Negros Brasileiros e com o apoio de Geraldo de Campos, o jornal teve ampla atuação na representatividade da raça negra na imprensa brasileira dos anos 1940.

Como imprensa alternativa e contra hegemônica buscou dar visibilidade aos negros e unir a raça para zelar pelos fatores que constituem a base sólida da vida de um povo, a saber: moral, intelectual e econômico. Neste papel, apresentou sua versão sobre a realidade da comunidade negra a fim de possibilitar um sentido de pertencimento identitário. Os redatores de *O Novo Horizonte* atuavam como “profissionais da memória” e, ao longo de suas páginas, apresentam vivências da população negra e as reivindicações sociopolíticas, econômicas, culturais e educacionais que consideravam como necessária para todos da raça negra.

Por meio do material empírico selecionado e analisado, pode-se observar que a direção e a redação do jornal consideraram importante que a raça negra fosse inserida na sociedade e reconhecida como parte integrante do processo de formação da identidade nacional, sobretudo quando se ressaltam as diferenças étnico-raciais presentes nos vários discursos que privilegiaram somente os brancos. O jornal *O Novo Horizonte*, por conseguinte, se colocava na posição de combater os discursos construídos pela grande imprensa, em especial quando

não apresentava em seus discursos o negro como parte da formação da sociedade brasileira, ou ainda quando não contribuía para a difusão de estereótipo e preconceitos raciais.

*O Novo Horizonte* foi um veículo da imprensa negra que circulou de 1946 a 1960 como problematizador das mazelas históricas, sociais e políticas vivenciadas pela raça negra no Brasil. Trata-se de uma fonte de pesquisa riquíssima à medida em que apresenta os descasos sociais presentes no cotidiano dos(as) negros(as), sua inferioridade, preconceitos raciais e com pouca representatividade na esfera pública. Em 1946, o jornal destacou a importância da atuação da imprensa negra numa sociedade em que reinava a “ideologia do branqueamento” e que sufocava ou negava a existência das demais culturas no processo de construção da identidade brasileira, como a do negro.

Assim, ao longo dos textos analisados, observa-se o jogo de poder existente na sociedade quando se examina que a grande imprensa continuava ausente na proposição de questões que envolvessem os problemas sociais, culturais, econômicos e políticos da raça negra no Brasil. Com isso, a relevância da imprensa negra, particularmente do jornal *O Novo Horizonte*, no combate aos preconceitos raciais e na luta pela unificação dos negros por meio da construção de uma identidade coletiva na reivindicação de direitos ao grupo e por um país igualitário.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, M. Jornalistas, “senhores da memória”? In: ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM, IV, Porto Alegre, 2004. **Anais do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom**. São Paulo: Intercom, 2005. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/5281189434155472217413491799349447635.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2021.
- COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31 n. 1, p. 99 – 127, jan./abr. 2016
- CAMPOS, G. O que virá depois? **O Novo Horizonte**. São Paulo, jun. 1946. Ano I, n. 2, p. 1-2.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- HALBWHACHS, M. **Memória coletiva**. 2. ed. São Paulo, 1990.
- HALL, S. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. 1. reimp. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2011.
- hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.



- OLIVEIRA, M. A., PEREIRA, G., SALES, J. C., LIMA, N. C. Sofia Campos Teixeira e a atuação política da mulher negra no jornalismo brasileiro (1940-1950). **Anais do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política**. Brasília-DF: COMPOLÍTICA, 2019. Disponível em: <http://compolitica.org/novo/artigo/sofia-campos-teixeira-e-a-atuacao-politica-da-mulher-negra-no-jornalismo-brasileiro-1940-1950/> Acesso em: 01 de jun 2019.
- MARTINS, A. L. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- PANTA, M.; PALLISSER, N. “Identidade nacional brasileira” versus “identidade negra”: reflexões sobre branqueamento, racismo e construções identitárias. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 195, p. 116-127, ago. 2017.
- PEREIRA, A. A. “**O Mundo Negro**”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). 2010. 268 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- PINTO, A. F. M. **Pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)**. 2006. 197f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- PINTO, A. F. M. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Coleção Consciência em debate, Selo Negro Edições, 2010.
- PINTO, A. F. M. **Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX**. 2014. 349f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- RIBEIRO, A. P. G.; BRASILIENSE, D. R. Memória e narrativa jornalística. In: RIBEIRO, A. P. G.; FERREIRA, L. M. A. (orgs.) **Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 219-236.
- ROSA, I. C. C. Imprensa negra: descobertas para o jornalismo brasileiro. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 11, n.1, jul.-dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2014v11n2p555>. Acesso em: 2 dez 2018.
- SANTOS, J. dos. Pequenas aberrações da adaptação do homem ao meio. **O Novo Horizonte**, mai. 1946, ano I, n. 1, p. 2.
- SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 117-149, mar./maio 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i53p117-149>. Acesso em: 2 dez 2018.
- SOTERO, E. C. Negros candidatos e candidatas negros: partidos políticos e campanhas eleitorais na cidade de São Paulo após o fim do Estado Novo. **Plural**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.23.1, 2016, p. 9-35.



TEIXEIRA, S. C. Minhas expressões. **O Novo Horizonte**, São Paulo, jul. 1946, ano I, n. 3, p. 3.

TEIXEIRA, S. C. 28 de setembro. **O Novo Horizonte**, São Paulo, ago. 1947, ano II, n. 13, p. 2.

*Original recebido em: 29 de março de 2020*

*Aceito para publicação em: 31 de maio de 2021*

### *Nilsângela Cardoso Lima*

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2014),  
Doutoranda em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2020), Mestra em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2007), Especialista em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2005) e Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (2002). Atualmente é professora Adjunto III do Curso de Comunicação Social-Habilitação Jornalismo da Universidade Federal do Piauí, Campus Petrônio Portella. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da UFPI. Coordena o Núcleo de Pesquisa NÚCLEO DE PESQUISAS EM MÍDIA, HISTÓRIA E TECNOLOGIAS – NUMIHTEC; Integra o Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação - NUJOC, desenvolvendo o projeto de pesquisa "História da Imprensa e crítica das práticas jornalísticas no século XX". Tem experiência na área de História, Comunicação e Jornalismo, com ênfase em História da Mídia, atuando principalmente nos seguintes temas: Práticas jornalísticas, História do jornalismo e da imprensa, História Oral e Memória, Mídia e Poder.

### *Geovane Pereira da Silva*

Mestrando em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduado em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela mesma instituição. Membro do Núcleo Estudos e Pesquisas em Estratégias de Comunicação (NEPEC/UFPI) e do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Comunicação, Identidades e Subjetividades da Universidade Federal do Delta do Parnaíba e da UFPI (Nepcis/UFDP/UFPI). Interesse pelos estudos sobre mídia e suas usabilidades, principalmente em questões de gênero que envolvam processos comunicacionais, discursos e práticas sociais. Bolsista do Programa de Apoio a Pós-Graduação Stricto Sensu - PAPG /bolsas de doutorado e mestrado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (Fapepi). Em 2018, vivenciei um intercâmbio acadêmico como estudante de mobilidade externa na Universidad Autónoma de Occidente, em Santiago de Cali, Colômbia, na modalidade Estudante Especial com Becca (bolsista). Ainda no ensino médio, tive a oportunidade de realizar um intercâmbio estudantil na Taieri College, em Dunedin, Nova Zelândia, de fevereiro a junho de 2014, intercâmbio realizado pelo Programa Ganhe o Mundo (PGM) da Rede Estadual de Educação do Governo de Pernambuco.



Esta obra está licenciada com uma Licença  
Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional